

III CONFERÊNCIAS  
& DEBATES  
INTERDISCIPLINARES

MEDIA,  
INFORMAÇÃO  
E LITERACIA  
RUMOS E PERSPETIVAS

RITA BASÍLIO DE SIMÕES  
MARIA BEATRIZ MARQUES  
JOÃO FIGUEIRA  
EDIÇÃO

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

Rita Basílio de Simões é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em Ciências da Comunicação, os seus interesses de investigação têm cruzado os estudos do jornalismo e dos *media* digitais e a investigação Feminista em Comunicação. Investigadora do ICNova e do CEIS20, é, atualmente, a coordenadora nacional do Global Media Monitoring Project.

Maria Beatriz Marques é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em Ciência da Informação, tem desenvolvido a sua investigação na área da Gestão da Informação, do Marketing de Serviços de Informação e da Epistemologia da Ciência da Informação. É investigadora do CITCEM, da Universidade do Porto, e do CEGOT, da Universidade de Coimbra.

João Figueira é Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorado em Ciências da Comunicação, é investigador do CEIS20. A História do Jornalismo e dos *media*, as transformações do Jornalismo e os processos de construção de sentido e de memória nas organizações e o cruzamento destas com a informação jornalística são as suas áreas de investigação.

5

||| CONFERÊNCIAS  
& DEBATES  
INTERDISCIPLINARES

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**CONCEPÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**INFOGRAFIA**

Margarida Albino

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Mickael Silva

**PRINT BY**

KDP

**ISSN**

2183-1610

**ISBN**

978-989-26-1890-6

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-1891-3

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1891-3>

III CONFERÊNCIAS  
& DEBATES  
INTERDISCIPLINARES

MEDIA,  
INFORMAÇÃO  
E LITERACIA  
RUMOS E PERSPETIVAS

RITA BASÍLIO DE SIMÕES  
MARIA BEATRIZ MARQUES  
JOÃO FIGUEIRA  
EDIÇÃO

IMPrensa DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

## ÍNDICE

PREFÁCIO, <i>Isabel Ferin Cunha</i> .....	9
INTRODUÇÃO DA IMPORTÂNCIA DOS <i>MEDIA</i> E DA INFORMAÇÃO AOS DESAFIOS DA LITERACIA, <i>Rita Basílio de Simões, Maria Beatriz Marques, João Figueira</i> .....	15
PARTE I – RUMOS.....	19
<i>PARTICIPAÇÃO ONLINE E CONTEÚDO OFENSIVO: limites ético-legais da liberdade de expressão nas redes sociais, Rita Basílio de Simões, Carlos Camponez</i> .....	21
A MUTAÇÃO VIRAL DAS <i>FAKE NEWS</i> NAS SOCIEDADES CONTEMPO- RÂNEAS E AS LITERACIAS MEDIÁTICAS, <i>João Figueira, Sílvio Santos</i> .....	51
UMA INVESTIGAÇÃO DOS DETERMINANTES NA DISPOSIÇÃO PARA PAGAR POR CONTEÚDO JORNALÍSTICO DIGITAL, <i>Filipe Val- vassori Speck</i> .....	61
UMA (RE)ENGENHARIA DO CONSENSO: o Jornal Nacional e a co- bertura das ‘Jornadas de Junho’ de 2013 no Brasil, <i>Keila C. G. Rosa</i> .....	87
COMPETÊNCIA MEDIÁTICA EM REDES SOCIAIS: um estudo do ati- vismo digital dos secundaristas brasileiros, <i>Letícia Torres, Gabriela Borges, Alvaro Americano</i> .....	117

AS “ECO” INFLUENCIADORAS DIGITAIS E O DESAFIO DE ENGAJAR SEGUIDORES NAS QUESTÕES AMBIENTAIS, <i>Thâmara Danielle Filgueiras Santos</i> .....	141
PROGRAMA <i>ESCRAVO, NEM PENSAR!</i> : uma análise a partir dos fatores de identificação para a mobilização social, <i>Ariadna Ferreira</i> .....	169
MULHERES NEGRAS FICTÍCIAS E REAIS: Manifestações racistas em ambiente mediático: das mulheres negras fictícias às reais, <i>Meire Patrícia Domingues</i> .....	191
PARA QUE UNIVERSO FALA <i>UNIVERSA</i> ? Um olhar discursivo sobre o <i>Contrato de Leitura</i> na plataforma feminina do <i>UOL</i> , <i>Elizângela C. de Carvalho Noronha</i> .....	217
<i>LETRAS PRÁ VIDA: OS MEDIA AO SERVIÇO DA LITERACIA</i> , <i>Dina Soeiro, Carla Patrão, Sílvia Parreiral, Vera Carvalho</i> .....	241
A LITERACIA DA INFORMAÇÃO E AS COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO, <i>Ana Lúcia Terra</i> .....	259
A LITERACIA DA INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO, <i>Maria Beatriz Marques, Fátima Velez de Castro, Liliana Esteves Gomes</i> .....	283
LITERACIAS MEDIÁTICA E DA INFORMAÇÃO NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES, <i>Isabel Mendinhos, Margarida Toscano</i> .....	315
NA ONDA DA BOA IN/FORMAÇÃO: a biblioteca escolar não é invisível e interage com os alunos, <i>Inês Braga</i> .....	335
LITERACIA DA INFORMAÇÃO: Práticas de pesquisa na biblioteca escolar, <i>Rita Cordeiro, Patrícia de Almeida</i> .....	357

LITERACIA DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS ESCOLARES, <i>Ana Margarida Dias da Silva, Maria Beatriz Marques</i> .....	377
EXPLORATORY CASE STUDY OF SCIENTIFIC LITERACY IN UNDERGRADUATE STUDENTS, <i>Viviana Fernández-Marcial, Gabriela Ojeda-Romano</i> .....	401
A USABILIDADE E FORMAÇÃO EM LITERACIA DIGITAL/CIDADANIA DIGITAL: um estudo de caso na Assembleia da República Portuguesa, <i>Leonor Calvão Borges, Maria Beatriz Marques</i> ..	427
A HIBRIDEZ DAS LINGUAGENS. O visual como linguagem predominante no meio online, <i>Andreia Freitas, Filipa Rodrigues</i> ..	447
RETÓRICA, IDEOLOGIA E (I)LITERACIA DA IMAGEM: o dito/não-dito na publicidade, <i>Paulo Barroso</i> .....	485
PARTE II – PERSPETIVAS .....	509
HISTÓRIA ILUSTRADA DO JORNALISMO DE DADOS EM PORTUGAL. Exemplos de reportagens pioneiras que usaram dados como fonte primária de informação, <i>Ilo Alexandre</i> .....	511
LITERACIA MEDIÁTICA: o papel do regulador português da comunicação social, <i>Tânia de Moraes Soares, Bruna Afonso</i> .....	535
DEMOCRATIZAÇÃO DAS MÍDIAS E EDUCAÇÃO, <i>Maria Cristina Castilho Costa</i> .....	561
A EDUCOMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO MOVIMENTO EM TORNO ÀS LITERACIAS MEDIÁTICAS E INFORMACIONAIS: a experiência brasileira, <i>Ismar de Oliveira Soares</i> .....	579

**LITERACIA DA INFORMAÇÃO  
EM ARQUIVOS ESCOLARES  
INFORMATION LITERACY  
IN SCHOOL ARCHIVES**

Ana Margarida Dias da Silva

[margaridadiasdasilva@gmail.com](mailto:margaridadiasdasilva@gmail.com)

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

Maria Beatriz Marques

[beatrizmarquesfluc@gmail.com](mailto:beatrizmarquesfluc@gmail.com)

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0569-2602-9400>

**Resumo:** Numa sociedade do conhecimento, global e sobrecarregada de meios e fontes de informação, o exercício de uma cidadania plena e consciente depende, também, do direito dos cidadãos ao acesso e reutilização da informação gerida e salvaguardada pela administração pública.

No âmbito do universo das escolas, a literacia da informação centra-se nas competências e capacidades em localizar, avaliar, usar e comunicar de forma eficaz e ética a informação gerida em ambiente escolar. Importa, pois, capacitar os utilizadores para a perceção do contexto de produção da informação, da importância da sua avaliação e forma de seleção, onde está subjacente o conceito de bom uso da informação. Assim, é fundamental dotar os profissionais ao serviço das escolas (professores, funcionários, bibliotecários) com as competências e conhecimentos necessários à gestão da informação enquanto valor acrescentado. Neste pressuposto, propõe-se a criação de um curso formação à distância, constituído por 10 módulos.

**Palavras-chave:** Infoliteracia, Ciência da Informação, Gestão da Informação, Cultura Digital

**Abstract:** In a society of knowledge, global and overloaded with means and sources of information, the exercise of full and conscious citizenship also depends on the right of citizens to access and reuse information managed and safeguarded by the public administration. Within the universe of schools, information literacy focuses on the skills and abilities to locate, evaluate, use and communicate effectively and ethically the information managed in a school environment. It is therefore important to enable users to understand the context of information production, the importance of its evaluation and the way in which the information is used, underpinning the concept of good use of information. Thus, it is essential to provide professionals at the service of schools (teachers, employees, librarians) with the necessary skills and knowledge to manage information as value added. In this assumption, it is proposed the creation of an on-line training course, consisting of 10 modules.

**Keywords:** Infoliteracy, Information Science, Information management, Digital Culture

## 1. INTRODUÇÃO

Foi no período liberal em Portugal (1807-1890) que ganhou força a noção de “instrução pública”, ideia base que tem a sua génese com a reforma pombalina, e que no século XIX ressurgiu, associada ao “processo de desenvolvimento intelectual do homem” pois “afirmar-se-á insistentemente que é a ignorância que torna os homens perversos e que a educação e a instrução são a base do edifício social” (Torgal, 1993: 609).

Nesse “século da instrução pública”, os liceus foram “uma das grandes obras liberais em matéria de ensino” (Torgal, 1993: 610), fundados em 1836, por decreto de 17 de novembro, com a reforma de Passos Manuel, que previa a instalação de liceus em cada sede de

distrito e dois em Lisboa, ideia reforçada com a reforma de 1844, de Costa Cabral, e a sua “regionalização do ensino” (Torgal, 1993: 624).

“A reforma de 1860 de Fontes Pereira de Melo, chamada oficialmente “Regulamento para os Liceus Nacionais”, constitui outro marco importante na legislação do ensino secundário” pois apresentou uma preocupação com “a estruturação curricular por anos e divisão dos liceus por categorias” (Torgal, 1993: 625). Ao contrário do ensino primário, o ensino secundário, embora “livre”, não era gratuito, logo não estava aberto a todos.

A 1ª República portuguesa visava uma aposta forte no ensino, sobretudo no primário, mas a escolarização acabou por ser um fracasso: “Quanto mais escolas o Estado fundou, menos alunos teve cada uma” (Ramos, 1994: 614).

A escola aparece, então, como vetor da alfabetização da população e as taxas de analfabetismo associadas à maior ou menor responsabilidade do Estado (Ramos, 1994: 1100).

“A passagem para a educação estandardizada, estatal e obrigatória far-se-á de forma lenta durante todo o século XIX e princípios do século XX, e representará o triunfo da noção de Estado Nação com a substituição progressiva das estratégias individuais e de grupo, decididas em função de interesses concretos na vida das pessoas, por estratégias colectivas, nacionais, decididas por grupos restritos e impostos à generalidade da população em nome do bem da Nação.” (Candeias & Simões, 1999: 165).

Nas 3 primeiras décadas do século XX “a taxa de alfabetização da população maior de sete anos subiu de 26 para 39%. (...) No caso dos homens, em 1930, daqueles com idades compreendidas entre 7 e 14 anos sabiam ler 37%; mas no grupo etário dos 25-34 anos, estavam alfabetizados 56%” (Ramos, 1994: 615).

E se “Em 1878, 79,4% dos portugueses maiores de 6 anos residindo no continente do Reino não sabiam ler. Cem anos depois, a taxa de analfabetismo reduzira-se a cerca de 17%.”, pois, “enquanto, em 1890,

74,1% das crianças com idades entre os 7 e os 9 anos permaneciam iletradas, desde 1960 que todos os portugueses aprendem a ler e a escrever entre essas idades.” (Ramos, 1988, 1067), isto porque “só em meados da década de 50 do século XX [é] que todas as crianças com idades compreendidas nos parâmetros da lei se encontravam efectivamente matriculadas na escola” (Candeias & Simões, 1999: 165).<sup>1</sup>

Segundo os dados da Pordata<sup>2</sup>, entre 1960 e 2011, as taxas de analfabetismo desceram significativamente (tabela 1) e Portugal é hoje um “país onde o número de analfabetos representa 5% da população, com mais de 10 anos (INE, 2012).” (Cavaco, 2016: 52).

Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo

Qual a percentagem de homens ou mulheres que não sabe ler nem escrever?

Indivíduo - Proporção - %

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
1960	x	26,6	39,0
1970	25,7	19,7	31,0
1981	18,6	13,7	23,0
1991	11,0	7,7	14,1
2001	9,0	6,3	11,5
2011	5,2	3,5	6,8

<  
**Taxa de analfabetismo segundo os Censos:**  
**total e por sexo**  
 Fontes de Dados: INE - X, XI, XII, XIII, XIV e XV  
 Recenseamentos Gerais da População  
 Fonte: PORDATA  
 Última actualização: 2015-06-26

**Tabela 1<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> É preciso notar que o século XX, e o tempo histórico a que estes dados se referem, inclui a instauração da República em 1910, derrubada pelo Golpe de Estado Militar do 28 de maio de 1926, o Estado Novo institucionalizado a 11 de abril de 1933 com a entrada em vigor da Constituição Política da República Portuguesa, até à revolução do 25 de abril de 1974 e a institucionalização do Estado democrático.

<sup>2</sup> <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censo+s+total+e+por+sexo-2517>

<sup>3</sup> <https://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

No entanto,

“Embora Portugal tivesse sido um dos primeiros países a aprovar a universalidade do ensino primário, o país tem sido mais lento do que a maioria dos outros no aumento das taxas de indivíduos com certificação do ensino secundário e do ensino superior.” (Lima & Brum, 2009: 17).

Se desde a Idade Média a escrita fora sempre uma forma de poder, com o pós I Guerra Grande, a terciarização, o pós-25 de Abril, a revolução tecnológica, e vencido o analfabetismo crónico na sociedade portuguesa com a escolaridade mínima obrigatória, tendencialmente gratuita e universal, surge, no século XXI a preocupação com a literacia visto que a

“A literacia tem um profundo impacto no acesso à educação e na persistência em aumentar os níveis de educação. Este facto não deve constituir surpresa porque a literacia é, de facto, um dos resultados reconhecidos do ensino básico e uma das chaves de uma aprendizagem eficiente e independente.” (Lima & Brum 2009: 43).

Literacia é um

“Neologismo de origem inglesa que exprime um conceito funcional de leitura, que inclui a mestria da compreensão e uso de todas as formas e tipos de material escrito, que são requeridos pela sociedade e usados pelo indivíduo na sua língua materna; traduz-se na capacidade de dominar as competências que foram ensinadas e apreendidas de leitura, escrita e cálculo, necessárias para funcionar no emprego e na sociedade para atingir os seus próprios objectivos e desenvolver o seu conhecimento e potencial;

apesar da frequência de uma longa escolaridade obrigatória, muitas pessoas apresentam dificuldades manifestas no domínio destas três competências” (Faria & Pericão, 2008: 756).

Tatiana Sanches (2013: 108) resume a definição da *International Encyclopedia of Information and Library Science* que defende que

“a literacia é a habilidade de codificar e decodificar, de forma natural e sem esforço, e com entendimento, um sistema vivo e crescente de transformações simbólicas da realidade, que inclui palavras, números, notações, esquemas, e outras representações inscritas em papel ou noutras superfícies, que fazem parte de uma linguagem visual de um povo e logo que são coletiva e democraticamente partilhadas.”

Para a UNESCO (2003:2), a literacia não se resume a saber ler e escrever mas inclui também as capacidades de contar e comunicar, e define desta forma o conceito de literacia: “Literacy is a tool for learning, as well as a social practice whose use can increase the voice and participation of communities and individuals in society.”

Em Portugal, a criação do “Plano Nacional de Leitura”, lançado pelo Governo português em junho de 2006, e que “teve por objetivo criar e reforçar bons hábitos de leitura no ensino pré-primário e básico, mas também no seio das famílias e das comunidades locais – (...) conduziu a um aumento das competências de leitura e escrita”. Contudo, “A elevada percentagem de alunos com resultados baixos a nível de literacia em leitura, em matemática e em ciências é incompatível com o desejo do país em alcançar as metas da Estratégia de Lisboa, definidas pelos Chefes de Estado europeus em 2000.” (Lima & Brum, 2009: 71).

No âmbito da Ciência da Informação tem surgido o conceito de literacia da informação, que será explorado no tópico seguinte.

## 2. LITERACIA DA INFORMAÇÃO

A literacia informacional, ou “alfabetização informacional”, usando as palavras de Josep Vives i Gràcia, encontra na década de 90 do século passado, o seu início, relacionando-se com a formação e o estudo de perfil de utilizadores (Vives i Gràcia, 2006; Silva 2008; Silva 2010) e distingue-se da mera alfabetização digital (saber usar um computador e os seus programas) pois alia “dois grupos de competências básicas: as tradicionais de domínio do ler, escrever e contar e as novas derivadas do impacto directo, na conduta humana, das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)” (Silva 2008: 21; Silva 2010) e “as competências críticas (de avaliação e escolha) com vista à assimilação da informação pretendida.” (Silva, 2008: 18).

A literacia da informação engloba tanto o uso como a criação de informação subjacente através do pensamento crítico e emocional. O *Dicionário do Livro*, apoiando-se definição da IFLA, explica que a Literacia da Informação é um conceito que “implica geralmente a “capacidade de fazer uso efectivo das fontes de informação, incluindo a análise e avaliação da informação e a sua organização e uso num contexto individual ou de grupo” (Faria & Pericão, 2008: 756).

“Segundo a *International Encyclopedia of Information and Library Science* (Feather & Sturges, 2003: 261), a literacia da informação é explicada da seguinte forma:

IL is commonly described as the ability to access, evaluate and use information. This description is based on the view that IL is an amalgam of skills, attitudes and knowledge, a view that is compatible with the prevailing interpretation of learning in twentieth-century education systems. IL is also described as a way of learning, or as a conglomerate of ways of experiencing information use.” (Sanches, 2013: 112).

Numa sociedade do conhecimento, global e sobrecarregada de meios e fontes de informação/conhecimento, o exercício de uma cidadania plena e consciente depende, também, do direito dos cidadãos ao acesso e reutilização da informação gerida e salvaguardada pela administração pública. Tal como nas “áreas onde as populações mantiveram as suas liberdades, a sua autonomia de governo, foram meios mais propícios à alfabetização.” (Ramos, 1994: 1112), e se os adultos analfabetos estão “em situações de desigualdade no acesso à informação e nas possibilidades de expressão, o que tem repercussões no exercício da cidadania, no seu quotidiano, sobretudo, em situações que exigem o domínio das referidas competências.” (Cavaco, 2016: 54), também a literacia de informação, associada ao exercício da cidadania, relaciona-se com o uso e processamento da informação como forma de tomar decisões informadas e realizar ações de âmbito cívico de uma maneira política e socialmente consciente.

Ao mesmo tempo,

“os mercados de trabalho nas economias desenvolvidas estão a sofrer uma transformação fundamental em consequência da mudança tecnológica adquiriu o estatuto de facto reconhecido (OCDE, 2003). As características desta mudança tecnológica variam de descrição para descrição, mas todas têm em comum a premissa de que as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho aumentam a intensidade de conhecimento e de informação dos empregos e favorecem, portanto, os trabalhadores com mais literacia em relação aos que possuem menos literacia” (Lima & Brum, 2009: 38).

O grande volume de informação, potenciado por ambientes sociais e tecnológicos cada vez mais complexos que caracterizam a Sociedade do Conhecimento implica que os indivíduos estejam munidos das

ferramentas e recursos necessários para a captação de informação fidedigna e atempada, necessária para a resolução de problemas e para uma visão crítica de forma a atingir o sucesso no processo de tomada de decisão.

“Toda essa problemática ganhou, entretanto, raízes no âmago das C.I.C. [Ciências da Informação e da Comunicação], tornando-se, hoje, um tópico recorrente em C.I., sobretudo pelas implicações directas que possui no plano profissional: a transferência da produção, armazenamento, recuperação e difusão da informação do suporte tradicional (papel) para a plataforma digital gerou, nos profissionais da informação, o impulso inevitável e exponencial para seguirem e adoptarem na sua actividade as inovações tecnológicas (desde as Bases de Dados proprietárias e livres até aos processos colaborativos da Web 2.0) que não param de sair dos laboratórios com destino às comunidades de *open source* e aos circuitos comerciais.” (Silva, 2008: 23).

Também no âmbito do universo das escolas, a literacia da informação centra-se nas competências e capacidades em localizar, avaliar, usar e comunicar de forma eficaz e ética a informação gerida em ambiente escolar.

### 3. OS ARQUIVOS ESCOLARES

Os arquivos escolares<sup>4</sup> são, simultaneamente, o resultado informacional das funções exercidas quotidianamente nas escolas, pela

---

<sup>4</sup> No trabalho em causa entende-se por “arquivos escolares” aqueles resultantes das funções realizadas nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, não sendo considerados os arquivos universitários, académicos e do ensino superior, nem os arquivos do ensino pré-escolar.

instituição e pelos atores educativos, e a memória organizacional, histórica e cultural do percurso da instituição escolar ao longo da sua existência. A informação/documentação produzida e recebida no âmbito da gestão escolar é crucial no processo de administração e boa utilização da informação.

Enquadram-se na categoria de arquivos públicos sob tutela dos Ministérios da Cultura e da Educação.

Os arquivos escolares não se encontram apenas fisicamente nos estabelecimentos escolares, há informação/documentação no arquivo histórico do Ministério da Educação, na Torre do Tombo, nos arquivos distritais e municipais, e igualmente arquivos particulares de agentes escolares (diretores, professores, funcionários e antigos alunos) que complementam a informação/documentação produzida e recebida pelas escolas.

Em Portugal, o crescente interesse pelos arquivos escolares parece relacionar-se com o aumento do número de investigações historiográficas relativas ao ensino e às “As novas vertentes de análise e produção histórico-educativa [que] obrigam a uma renovação dos olhares sobre os documentos de arquivos escolares e uma abertura teórico-metodológica que incorpore as estimulantes informações que eles disponibilizam.” (Mogarro, 2006: 72). Para a mesma autora, os arquivos escolares constituem-se como fonte de informação primordial e de referência para a reconstrução da memória escolar (Mogarro, 2005b, 2006) e “apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade” (Mogarro, 2005a: 104).

Em 1996, sob a coordenação de António Nóvoa, foi realizado um levantamento sobre o estado de conservação da documentação de arquivo nas escolas secundárias portuguesas e em 1997 teve início o projeto Informatização Normalizada dos Arquivos Históricos dos Liceus (PRAXIS/2/2.1/CSH/765/95), projeto que abarcou 35 escolas

secundárias, num arco temporal entre 1836 e 1978, período de duração dos liceus portugueses (Nóvoa & Santa-Clara, 2003; Vieira, 2003).

O projeto arquivístico “teve como objectivo principal o tratamento e a divulgação dos arquivos produzidos pelos Liceus de Portugal instituídos até 1950” (Vieira, 2003: 805). Neste trabalho, João Vieira caracteriza os arquivos dos liceus como de “tipo semicentralizado. Tem como entidade central o arquivo da secretaria, no qual se integram os documentos respeitantes à gestão dos recursos e dos meios materiais ao dispor da escola”, em torno do qual

“poderão, no entanto, existir outros pequenos arquivos produzidos por outros órgãos ou serviços da escola, como é o caso dos arquivos do “Gabinete do Reitor”, do “Gabinete do Médico”, da “Biblioteca”, do “Laboratório”, etc. Trata-se de unidades documentais com significativa ou mesmo total autonomia funcional relativamente ao referido “arquivo central.” (Vieira, 2003: 807-808).

Ao arquivo da secretaria cabe ainda a conservação e comunicação centralizadas dos arquivos das entidades acima referidas” (Vieira 2003: 808).

Segundo Maria João Mogarro (2006: 73), “a generalidade das escolas têm os fundos dos seus arquivos dispersos por vários espaços, como os sótãos, as caves, os vãos de escada e outros locais escondidos e desactivados, sem condições mínimas para albergarem os documentos de arquivo.”

Para a mesma autora, a produção informacional escolar resulta numa

“geografia documental sobre a escola” que se plasma nos seguintes documentos:

- Textos legais e documentos emanados do poder central;
- Estatísticas oficiais;

- Relatórios técnicos, elaborados por inspectores, reitores e directores de escolas;
- Regulamentos, circulares, normas e outros textos gerados pela instituição escolar e de circulação interna, mas que também podem ser documentos que asseguram o fluxo de comunicação entre o organismo político de tutela e a própria escola;
- Documentos administrativos e pedagógicos, que constituem grande parte do acervo arquivístico de cada instituição educativa;
- Publicações exteriores à escola – livros, artigos de jornais e revistas, etc. São trabalhos científicos, pedagógicos e culturais, poesias, que muitas vezes surgem na imprensa regional e na imprensa pedagógica, da autoria de professores da instituição, os quais também publicaram livros, expressando através destas diversas modalidades a sua cultura profissional;
- Equipamento, mobiliário escolar e objectos de diversa natureza;
- Materiais didácticos, que se encontram na escola mas também, em muitos casos, integram acervos exteriores à instituição;
- Trabalhos escolares de alunos que, geralmente, pertencem a espólios particulares e revelam o significado atribuído pelas pessoas à escola e aos processos educativos, ao longo dos seus percursos de vida;
- Fotografias e outros documentos de natureza iconográfica;
- Testemunhos orais de professores, alunos, funcionários e outros elementos que exerceram funções no sistema educativo, na escola e na comunidade.” (Mogarro, 2006: 74).

A par da informação arquivística, também os núcleos “museológico e bibliográfico integram os documentos, portadores de informações valiosas e que nos trazem, do passado até ao presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição.” (Mogarro, 2005a: 105).

A compreensão da cultura escolar faz-se a partir da compreensão total da informação produzida e recebida no universo dos estabelecimentos escolares, independentemente do seu suporte<sup>5</sup>.

#### 4. A GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS ESCOLARES

Neste ponto apresentam-se e analisam-se algumas das disposições orientadoras e normativas emitidas pela tutela para a gestão dos arquivos escolares e procuraram-se, também, alguns exemplos práticos de gestão da informação em arquivos escolares.

Os principais documentos normativos orientadores da gestão dos arquivos escolares são o *Manual de Procedimentos para o Tratamento Arquivístico nas Escolas* (2003), a Portaria n.º1310/2005, de 21 de dezembro, precedida da publicação de um *Manual de Instruções para a Aplicação da Portaria de Gestão de Documentos dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário* pela Secretária-Geral do Ministério da Educação, em janeiro de 2006, e a Portaria n.º 684/2006.

O *Manual de Procedimentos para o Tratamento Arquivístico nas Escolas* surge como o principal instrumento de gestão documental nas escolas e a sua publicação pelo Ministério da Educação procura auxiliar ao “sistematizar conceitos, regras e procedimentos relativamente à conservação, à segurança e à disponibilização de um arquivo escolar.” (Ministério da Educação, 2006: 2). Este documento propõe três níveis de análise no que se refere aos arquivos escolares: o nível físico (instalações e acondicionamento), o nível da classificação (descrição dos documentos) e o nível da gestão (orien-

---

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, o trabalho desenvolvido pela “Rede de Museus Escolares de Portalegre”.

tação das políticas administrativas e modelo de gestão do arquivo administrativo) (Ministério da Educação, 2003).

A Portaria 1310/2005, de 21 de dezembro, reconhece a importância de “dotar os estabelecimentos de ensino básico e secundário de um instrumento legal que permita a gestão integrada dos respectivos documentos, em plena conformidade com a lei geral vigente em matéria de arquivos e património arquivístico.” (PORTUGAL, Portaria 2005: 7169) e, por isso, “visa, assim, regulamentar a avaliação, selecção, determinação dos prazos de conservação administrativa e a eliminação dos documentos produzidos e recebidos pelas escolas dos ensinos básico e secundário, bem como os procedimentos administrativos que lhes estão associados.” (PORTUGAL, Portaria 2005: 7169).

A referida Portaria aprova o “Regulamento de Conservação Arquivística dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário”, que junto anexa.

Ao nível do acesso e difusão da informação escolar, a Secretaria-geral da Educação e Ciência disponibiliza para consulta *on-line*, através da plataforma Archeevo, 33 fundos e coleções, reunidos em 4 grupos de fundos: 1) Administração central; 2) arquivos provenientes de estabelecimentos de ensino, adquiridos por doação ou por transferência a título de depósito; 3) parcelas de arquivos produzidas pelas várias entidades que, ao longo do século passado, tiveram competências na área das construções escolares, quer na dependência do Ministério das Obras Públicas quer na dependência do Ministério da Educação; e 4) arquivos produzidos por particulares no âmbito das suas atividades públicas ou privadas, adquiridos por doação.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> <http://arquivo-ec.sec-geral.mec.pt/catalog>.

É possível consultar, igualmente, o *Guia de Fundos* em formato PDF, cuja 1ª edição data de novembro de 2014 e que é uma “actualização do guia do Arquivo Histórico publicado em 1997” e apresenta “de forma sintética, os fundos e as coleções custodiadas pela Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência a fim de facilitar a sua consulta. (Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, 2014: 7).

“A Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo (DSDA) tem como missão “preservar e valorizar, de acordo com as orientações da política do património cultural, o património histórico da educação e da ciência, nas componentes arquivística, bibliográfica e museológica”. Compete-lhe, nomeadamente, “proceder à recolha, ao tratamento, à conservação e à comunicação dos arquivos que deixam de ser de uso corrente por parte dos serviços produtores”. Este serviço acolhe e trata documentos que compreendem uma baliza temporal que vem desde 1836 até à actualidade. Cerca de 15 000 metros lineares encontram-se inventariados ou aguardam tratamento arquivístico. É o resultado da informação gerada, recebida ou acumulada no âmbito das atividades dos organismos tutelados pelo Ministério da Educação e Ciência, ao longo do tempo.” (Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, 2014: 8).

A mesma DSDA detém e salvaguarda informação bibliográfica, constituída “pelo fundo geral e por coleções especializadas nas áreas da Ciência e História da Educação”, e museológica, formada “pelo material didáctico proveniente de escolas primárias, liceus, escolas técnicas e de instituições especializadas e das coleções de legislação portuguesa. (Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo, 2014: 9).

Em 2004, o Grupo de Trabalho para o Sistema Integrado de Bibliotecas da Educação apresentou o “projecto, em curso no

Ministério da Educação, visando a integração da informação e da documentação dos seus órgãos e serviços com cinco grandes linhas de intervenção:

1. SIBE – Sistema Integrado de Bibliotecas da Educação;
  2. Organização e Gestão Integrada dos Arquivos do ME – em articulação com o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo;
  3. Biblioteca do Património Bibliográfico – em articulação com a Biblioteca Nacional;
  4. Rede de Núcleos Museológicos Escolares;
  5. Balcão Virtual do Ministério de Educação/Contact Center.”
- (Mourato *et al.* 2004).

Em relação ao ponto 2 diz-se: “pretende-se valorizar o imenso património do ME que em grande parte continua ainda inexplorado, visando a imprescindível criação de um sistema integrado de arquivos.”, com o desenvolvimento de “uma plataforma comum para a descrição e gestão integrada de arquivos, com a uniformização da descrição arquivística com base no novo programa informático e de acordo com a norma internacional ISAD(G).” (Mourato *et al.*, 2004).

Relativamente a casos concretos de gestão da informação em arquivos escolares cite-se os trabalhos de Ana Paula Costa (2010) sobre *A gestão do arquivo administrativo da escola básica 2/3 Dr. Garcia Domingues*.

A autora procurou perceber “Como se caracteriza o modelo de gestão do arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues” (Costa, 2010: 80) e concluiu que “não há propriamente um modelo de gestão do arquivo da Escola”, defendendo a “urgente necessidade” da aplicação da Tabela de Selecção sugerida pela Portaria nº 684/2006, de 4 de julho, no arquivo da Escola Básica 2/3 Dr. Garcia Domingues (Costa, 2010: 96). No seu trabalho chegou à conclusão

que a existência de um plano de classificação apriorístico não serve as necessidades do estabelecimento escolar em análise.

## **5. PROPOSTA DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DA LITERACIA DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS ESCOLARES**

Como atrás ficou dito, a literacia da informação centra-se nas competências e capacidades em localizar, avaliar, usar e comunicar de forma eficaz e ética a informação gerida em ambiente escolar.

“A importância das competências de literacia aumentará ainda mais com o advento da economia do conhecimento e com a difusão das tecnologias da informação na sociedade portuguesa. Além das aptidões normalmente associadas à literacia – sobretudo a leitura e a escrita – as pessoas precisarão de competências mais complexas de análise e resolução de problemas.” (Lima & Brum, 2009: 77).

Importa, pois, capacitar os utilizadores para a perceção do contexto de produção da informação, da importância da sua avaliação e forma de seleção, onde está subjacente o conceito de bom uso da informação, no pressuposto que “a problemática da literacia informacional desde que centrada em pessoas e grupos sujeitos a contextos de educação formal dentro dos quais é exercido um forte estímulo à busca e uso crítico da informação e podem ser ensinadas estratégias e procedimentos facilitadores desse desiderato.” (Silva, 2008: 32).

Para isso é crucial a salvaguarda, seleção, avaliação, preservação, organização, descrição, acesso e comunicação da informação arquivística produzida pelas escolas. As competências informacionais para a concretização do objetivo proposto incluem: identificação das necessidades de informação; criação e organização da informação;

estratégias de busca da informação; avaliação e tratamento da informação; utilização e comunicação da informação; e aspectos éticos, sociais, políticos, etc., da informação (Vives i Gràcia, 2006: 72).

É de toda a relevância dotar os profissionais ao serviço das escolas (professores, funcionários, bibliotecários), enquanto mediadores da informação, com as competências e os conhecimentos necessários à gestão da informação enquanto valor acrescentado<sup>7</sup>.

Isto porque “o plano e a acção curriculares do ensino secundário ou o plano e acção de uma licenciatura nunca mudarão o comportamento informacional dos estudantes se eles não tiverem um mecanismo interno que facilite uma mudança da conduta.” (Silva, 2008: 37). É por isso que

“A importância do acesso, da utilização e da produção do conhecimento científico e académico, inerente ao percurso dos atores envolvidos, no processo de ensino aprendizagem ao longo da vida, é fulcral na sociedade da informação e do conhecimento.” (Loureiro & Rocha, 2012: 2727).

E neste contexto,

“el professorado passa de tener un papel de mero transmissor de conocimientos, a tener un papel activo como tutor del estudiante en su proceso de aprendizaje” (Vives y Gràcia, 2006: 74).

Importa relevar ainda a importância da informação arquivística para a boa gestão dos estabelecimentos escolares e não só para a investigação histórica ou como repositório da memória escolar, como

---

<sup>7</sup> Maria João Mogarro aponta a necessidade de “realizar o levantamento de toda a documentação existente, elaborar um inventário da mesma e organizar os arquivos segundo critérios técnicos e científicos.” (Mogarro, 2006: 74).

parece ser a preocupação maior de alguns autores que têm versado sobre arquivos escolares (Mogarro, 2005a, 2005b, 2006; Nóvoa & Santa-Clara, 2013).

Neste pressuposto, propõe-se a criação de um curso formação à distância, constituído por 10 módulos. O objetivo principal do curso é dotar professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino com competências para uma utilização informada dos recursos arquivísticos produzidos e salvaguardados pelas escolas.

1. A importância do contexto de produção da informação.
2. Estudo orgânico-funcional: a informação enquanto reflexo da instituição.
3. Seleção e avaliação da informação arquivística.
4. Estratégias de preservação da documentação/informação.
5. A normalização em arquivística.
6. A organização da informação arquivística.
7. A classificação da informação arquivística.
8. A descrição arquivística.
9. Comunicação e acesso à informação arquivística.
10. Gestão integrada da informação: visão sistémica e holística.

A primeira dimensão da aprendizagem (módulos 1 e 2) consiste no reconhecimento e aceitação de que os fluxos informacionais produzidos nas escolas exigem o conhecimento da cultura escolar, dos seus órgãos e agentes, pois são o resultado das funções exercidas no cumprimento da sua missão. Apresentam-se exemplos de estudos diacrónicos e do conjunto legislativo aplicável aos estabelecimentos escolares.

No terceiro módulo são apresentadas as tabelas de seleção, avaliação e eliminação destinadas a arquivos escolares, e a análise crítica do “Manual de Instruções para aplicação da Portaria de Gestão de

Documentos dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário” editado pelo Ministério da Educação em 2006. Procura-se mostrar o que é uma portaria de gestão de documentos, quais as suas vantagens, sua aplicabilidade e a importância das tabelas de seleção, avaliação e eliminação para uma boa gestão da informação arquivística.

No módulo quatro apresentam-se estratégias de preservação da documentação/informação, quer a nível analógico, quer a nível digital. Trabalham-se os conceitos de preservação, conservação e restauro; explicam-se as formas de diagnóstico das patologias de degradação mais identificadas em arquivos cujo suporte seja o papel; aponta-se a importância da existência de um Plano de Preservação Digital.

No quinto módulo explica-se a importância da normalização arquivística e apresentam-se plataformas de descrição arquivística *on-line*.

No módulo seguinte, trata-se a organização da informação arquivística: principais conceitos e modelos.

O sétimo módulo versa sobre a classificação da informação arquivística com a explicitação das etapas da elaboração dos quadros ou planos de classificação, tipos de classificação.

A descrição arquivística é abordada no oitavo módulo com o estudo e aplicação das normas de descrição ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH e ISDF.

No módulo nove estudam-se a comunicação e o acesso à informação arquivística. Instrumentos de acesso e de recuperação da informação.

Por fim, o décimo e último módulo é sobre a gestão integrada da informação apoiada na visão sistémica e holística da informação. Focar a visão global da informação arquivística e a exclusão da Teoria das Três Idades do Documento com a divisão clássica de arquivos administrativos, intermédios e definitivos e/ou históricos.

## CONCLUSÃO

A importância da Gestão de toda a Informação produzida e recebida pelas diversas escolas portuguesas é considerada como uma “ferramenta estratégica” para a excelência do seu desempenho individual e coletivo. Entendida como a “matéria prima” ou a “fonte” para uma boa governança pública, torna-se essencial que a informação, e a sua gestão, assumam um carácter prioritário no dia a dia das escolas. Assim, tendo em conta a explosão informacional da Sociedade em que vivemos e a cada vez maior diversidade dos seus suportes, aliada à multiplicidade das necessidades de informação a satisfazer, conclui-se sobre a importância de sensibilizar, e de dotar a comunidade educativa de instrumentos que lhe permitam, no curto prazo, assegurar a transparência da informação, a sua gestão eficiente e eficaz, que contribua para uma boa tomada de decisões e, a médio e longo prazo, garanta a identidade de cada escola e o seu contributo para a memória coletiva do sistema de ensino básico e secundário português.

## Referências

- Candeias, A.; Simões, E. (1999). Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*. 1 (XVII): 163-194.
- Cavaco, C. (2016). Políticas públicas de educação de adultos em Portugal – a invisibilidade do analfabetismo. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, 2 (4), 51-62.
- Costa, A. P. (2010). A gestão do arquivo administrativo da escola básica 2/3 Dr. Garcia Domingues. *Dos Algarves. Revista da ESGHT/UAlg*. 19, 79-98.
- Direção de Serviços de Documentação e de Arquivo; Infante, R. M. (coord.) (2014). *Ministério da Educação e Ciência Secretaria-Geral. Guia de fundos*. 1ª edição.
- Faria, M. I.; Pericão, M. G. (2008). Literacia. In *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina.
- Faria, M. I.; Pericão, M. G. (2008). Literacia da Informação. In *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Almedina.
- Freire, I. M. et al. (2009). Ação da informação para cidadania: biblioteca e arquivo escolar. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14 (1), 117-130.

- Lima, J; Brum, A. (trad.) (2009). *A Dimensão Económica da Literacia em Portugal: Uma Análise*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Loureiro, A.; Rocha, D. (2012). Literacia Digital e Literacia da Informação – Competências de uma Era Digital. Actas do II Congresso sobre Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, ticEDUCA2012. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, p. 2726-2738.
- Menezes, M. C.; Mogarro, M. J. (2004). Os arquivos Escolares no Brasil e em Portugal: uma perspectiva comparada. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/438.pdf>
- Ministério da Educação (2003). *Manual de Procedimentos para o Tratamento Arquivístico nas Escolas*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
- Ministério da Educação (2006). *Manual de Instruções para aplicação da Portaria de Gestão de Documentos dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação.
- Mogarro, M. J. (2006). Arquivos e Educação: a Construção da Memória Educativa. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, n.º 1, 71-84.
- Mogarro, M. J. (2005b). Arquivos e Educação: a Construção da Memória Educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Dossiê: Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. p. 75-100.
- Mogarro, M. J. (2005a). Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Revista ProPosições*, 16 (1), 103116.
- Mourato, A. et al. (2004). A Integração da Informação e da Documentação do Ministério da Educação – uma Proposta para o Século XXI. *Actas do 8º Congresso BAD. Nas encruzilhadas da Informação e da Cultura – (Re)inventar a Profissão*. Estoril, 12, 13 e 14 de Maio de 2004.
- Nóvoa, A.; Santa-Clara, A. T. (coords.) (2003). *“Liceus de Portugal”: arquivos, histórias, memórias*. Porto: Edições Asa.
- PORTUGAL. Portaria n.º 684/2006, de 4 de julho, publicada no *Diário da República* 1ª série, de 4 de Julho de 2006.
- PORTUGAL. Portaria n.º 952/2001, de 7 de agosto, publicada no *Diário da República* n.º 182, Série I – B de 7 de agosto de 2001.
- PORTUGAL. Portaria n.º 1310/2005, de 21 de dezembro, publicada no *Diário da República* n.º 243, Série I – B, de 21 de dezembro.
- Ramos, R. (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1067-1145.
- Ramos, R. (1994). *O fracasso da escola republicana*. In Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. A Segunda Fundação (1890-1926)*. Vol. 6. Editorial Estampa, p. 613-615.
- Sanches, T. (2013). O Contributo da Literacia de Informação para a Pedagogia Universitária: um Desafio para as Bibliotecas Académicas. Tese de doutoramento, Educação (História da Educação), Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/10773>

- Silva, A. M. (2008). Inclusão Digital e Literacia Informacional em Ciência da Informação. *PRISMA.COM* n°7, 16-43.
- Silva, A. M. (2010). Literacia Informacional e o Processo Formativo Desafios aos Profissionais da Informação. *Actas do 10º Congresso BAD. Políticas de Informação na Sociedade em Rede*. Guimarães, 7, 8 e 9 de Abril de 2010.
- Torgal, L. R. (1993). *A Instrução Pública*. In Mattoso, J. (dir.). *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*. Vol. 5. Editorial Estampa, p. 609-651.
- UNESCO (2003). *Literacy: a Unesco perspective*. Paris: Unesco. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131817eo.pdf>
- Vieira, J. (2003). *A vertente arquivística do projecto*. In A. Nóvoa & A.T. Santa-Clara (coords.), *"Liceus de Portugal"*. *Histórias, Arquivos, Memórias*. Lisboa: Edições ASA, p. 805-856.
- Vives i Gràcia, J. (2006). *La Alfabetización informacional: una alfabetización pendiente en la era digital*. In Moranda, A.; Simeão, E. (org.). *Alfabetização digital e acesso ao conhecimento*. Brasília, DF: Departamento de Ciência da Informação e Documentação-Universidade de Brasília. p. 70-77.